

## CRÔNICA ESPACIAL DE BELÉM: ESPAÇO GEOGRÁFICO E CLASSES SOCIAIS

Daniel Sombra<sup>\*</sup>

Alegria dos Santos Leite<sup>\*\*</sup>

Madson Quaresma<sup>\*\*\*</sup>

Mauro Pantoja de Moraes<sup>\*\*\*\*</sup>

Cledson Nahum Alves<sup>\*\*\*\*\*</sup>

### Resumo

O trabalho apresenta o espaço geográfico e a escala como categorias chave de análise. Interpreta-se a dinâmica socioeconômica da cidade de Belém, no largo tempo histórico de sua fundação à contemporaneidade, de modo processual, atentando para as questões geopolíticas (interescales) que a afetam como um feixe de flechas do tempo desde sua fundação, fazendo-o, porém, do modo mais breve possível. Objetiva-se, como ilustra o título, fornecer uma crônica espacial da cidade, sem olvidar as contradições sociais, a um só tempo, motrizes e derivadas desse processo socioespacial, como totalidade em totalização.

**Palavras-chave:** Espaço Geográfico; Escalas; Belém; Pará.

---

<sup>\*</sup> Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (POSGEO/UFF). Geógrafo do Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará (NUMA/UFPA). Professor de Geografia da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Correios eletrônicos: dsombra@ufpa.br; dsombra@uepa.br

<sup>\*\*</sup> Doutoranda em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Pará (PPGE/UFPA). Mestra em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Pará (PPGE/UFPA). Correio eletrônico: alegria1717@gmail.com

<sup>\*\*\*</sup> Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (POSGEO/UFF). Correio eletrônico: madsonqua@hotmail.com

<sup>\*\*\*\*</sup> Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (PPGEO/UFPA). Professor de Geografia da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará (EA/UFPA). Correio eletrônico: mauropantjeo@ufpa.br

<sup>\*\*\*\*\*</sup> Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (PPGEO/UFPA). Professor de Geografia do Instituto Federal de Ciência, Tecnologia e Educação do Pará (IFPA). Correio eletrônico: nahum@ifpa.br

## Abstract

This paper parts from geographical space and scale as key analytical categories. It seeks to make an interpretation about Belém city socioeconomic dynamics, on broad historical time from its foundation to now, in a processual way, highlighting to geopolitical questions (inter-scalar) that affects the city as a bean of time arrows since its foundation, but making this as short as possible. The goal is, as the title shows, to provide a spatial chronicle of the city, no forgetting the social contradictions, that are, in the same time, roots and outcomes from this social-spatial process, as a totality in totalization.

**Keywords:** Geographical Space; Scales; Belém; Pará.

## Introdução

A análise das formações espaciais é uma proposta ainda em elaboração. Embora grandes avanços tenham sido efetuados quanto ao processo da dialética socioespacial a partir dos anos 1970, segue complexa a tarefa de elaborar um quadro diagnóstico das diversas formações espaciais, consideradas as ondas de modernização e suas forças de atrito, bem como a capacidade resiliência, uma vez que tal implica em levar na medida conta os dados empíricos e processo histórico, o qual não é lógico, mas contraditório. Com o risco de reproduzir o dualismo entre sociedade e espaço, esse texto objetiva sintetizar o processo histórico de Belém a partir do arranjo espacial materializado na paisagem da cidade, utilizando como recurso a análise das ações políticas e econômicas hegemônicas na produção do espaço. Implicitamente se refere à força de trabalho a qual produziu este espaço unitário enquanto conjunto e desigual enquanto produto.

### 1. Controle do território e fundação de Belém

O projeto de colonização do Brasil derivou da tomada, pelos holandeses,

de praças importantes para a sustentação de Portugal na África e Caribe (MACHADO, 1997). Iniciou-se na costa leste do território atlântico através de partilha geométrica entre homens de confiança da Coroa lusitana. As principais capitanias produtoras de cana-de-açúcar na costa brasileira, contudo, também estavam sob a ameaça da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais (ANDRADE, 1993). No século XVII, a urgência de defesa das ameaças holandesas rendeu à Coroa ibérica a necessidade de proteger suas principais praças produtoras de açúcar. Tornou-se imperativa a defesa do território assegurado pelo Tratado de Tordesilhas, levando os lusitanos a atacarem praças francesas, holandesas e inglesas instaladas no Novo Mundo (COSTA, 1991).

A mando de Albuquerque, o então capitão-mor da Capitania de Rio Grande (posteriormente Rio Grande do Norte) Francisco Caldeira Castelo Branco foi enviado para combater invasores estrangeiros que ainda estavam instalados na foz do Rio Amazonas (CRUZ, 1973). E “tiveram êxito, fazendo os franceses recuarem para Caiena e os holandeses para o atual Suriname, conseguindo controlar toda a foz do Amazonas” (ANDRADE, 1995, p. 39). Com uma tropa contando com uma embarcação de grande porte e duas de médio porte, além de dez peças de artilharia, oito quintais de pólvora e três companhias de infantaria contendo cinquenta soldados cada, Castelo Branco estabeleceu pequenas fundações ao longo litoral do golfo amazônico, e, em 12 de janeiro de 1616, guiado por tupinambás, escolheu um ponto no que acreditava ser a foz do Rio Amazonas e ergueu soldados o Forte do Presépio, em homenagem ao natal (ABREU, 1963).

Não se tratava, do Rio Amazonas, mas da enseada da Baía do Guajará – encontro do Rio Pará com o Rio Tocantins e o Rio Guamá – chamada pelos tupinambás de “Paraná-Guaçú”. A construção do forte se deu em uma elevação que as civilizações do lugar chamavam de “Mairi”, com pilhas de madeira cobertas de palha (daí a alusão ao presépio). O forte do presépio, núcleo original da cidade, teve participação ativa dos índios tupinambás. O forte, além de uma construção militar foi um ato formal de uma criação urbana, um processo deliberado e efetivo de conquista. Às casas provisórias

construídas deu-se o nome de “Feliz Lusitânia”. Sendo estabelecida a nova colônia, o capitão-mor ordenou ao infante Pedro Teixeira que regressasse a São Luís por vias terrestres acompanhado de vinte soldados e um punhado de tupinambás que reconheçam o caminho. Tem-se o sensoriamento estatal acerca dos recursos na região, entre eles os ictiológicos, os quais seriam atividade de base para o povoamento (CRUZ, 1973).

Os relatos de Pedro Teixeira foram enviados a *El Rey Filipe II* da Espanha, que, ordenou que tropas militares se destacassem de São Luís à Feliz Lusitânia, que posteriormente, em referência ao “presépio”, ganharia o nome de Belém (CRUZ, 1973). Em virtude da impossibilidade de um povoamento em massa naquele período, a Coroa pensou ser de fundamental importância não travar uma guerra com os tupinambás, aproveitando que esses tinham péssimas relações com os franceses, após sua expulsão da ilha de São Luís, em favor dos potiguaras (ABREU, 1963). Deste modo, deu-se a gênese na futura região da Amazônia de uma colonização de caráter militar e geopolítico, para o qual muito contribuíram os jesuítas, hábeis nas relações com as nações ameríndias.

Inicia-se, assim, o período de controle do largo território amazônico, um controle intermitente para Machado (1997), constituído de fortes e povoações esparsas no espaço conectadas pela rede de rios tributários da Bacia Amazônica. Posteriormente, seria desmembrada para a criação da Capitania do Rio Negro (atual estado do Amazonas). Estas capitanias constituíram uma unidade administrativa (primeiramente Estado do Maranhão, e posteriormente, Estado do Grão-Pará e Maranhão) à parte, com sede própria, variando no tempo entre Belém e São Luís, nunca sob o comando de Salvador (capital do Estado do Brasil).

Seguindo ordens da Coroa, Pedro Teixeira retornou com um grupo de soldados à nova Capitania do Grão-Pará para tomar conhecimento das vias fluviais da região. De acordo com Veríssimo (1970, p. 90), a alimentação encontrada nos caminhos percorridos pela expedição de Pedro Teixeira entre 1638 e 1639 era fácil e abundante. Tal fertilidade e a tecnologia empregada

pelos habitantes locais com os quais os colonizadores entravam em contato deram as bases materiais para o estabelecimento da colonização da Amazônia. Observando as técnicas agrícolas e pesqueiras das várias comunidades ameríndias, os lusitanos garantiram a alimentação dos núcleos coloniais instalados no vale amazônico.

## 2. Construção do arranjo espacial

Neste contexto, Belém se tornou, após São Paulo, a cidade com maior efeito de radiação territorial, com grande expressão na formação do mundo amazônico de caráter português e, posteriormente, brasileiro. Já em 1650, o Padre Antônio Vieira afirmava, em sua “Resposta aos Capítulos do Procurador do Maranhão”, que a população de Belém totalizava 80 pessoas, sem incluir os nativos, religiosos e os soldados (MOREIRA, 1966). Como quase todas as cidades amazônicas, Belém nasceu em função do rio. Situada no vértice de um estuário, no ponto de junção das influências marítimas e fluviais, Belém cresceu ao influxo das atrações do interior e do mar. O rio prendia-a ao continente e o estuário ao oceano. Por força disso, duas tendências regiam inicialmente o crescimento da cidade, com vetores orientados para o rio. O rio Guamá, que foi a primeira via de comércio com os ameríndios, bem como a via para o Maranhão, além do que as terras ao seu redor eram as preferidas para a atividade agrícola. Desta influência de diretrizes resultaram os dois primeiros bairros de Belém, um em função da influência do Guamá, a Cidade (hoje Cidade Velha) e outro em função do campo de influência da baía, o bairro da Campina, sendo o forte do Presépio o centro de irradiação destes vetores (PENTEADO, 1968).

Conforme Duarte (2010) é provável que o registro cartográfico mais antigo de Belém tenha sido uma planta elaborada sem auxílio de instrumentos de precisão, a qual, no entanto, constitui o único documento iconográfico disponível acerca do arranjo espacial de Belém no século XVII, já com cem anos de história. A planta de autoria desconhecida, reproduzida na Figura 1,

apresenta o núcleo pioneiro da fundação de Belém, o atual bairro da Cidade Velha, o qual aparece cercado por uma cerca de madeira. Além da região fortificada já é possível observar a ocupação ainda rarefeita do bairro da Campina, ultrapassando o igarapé do Pirí.

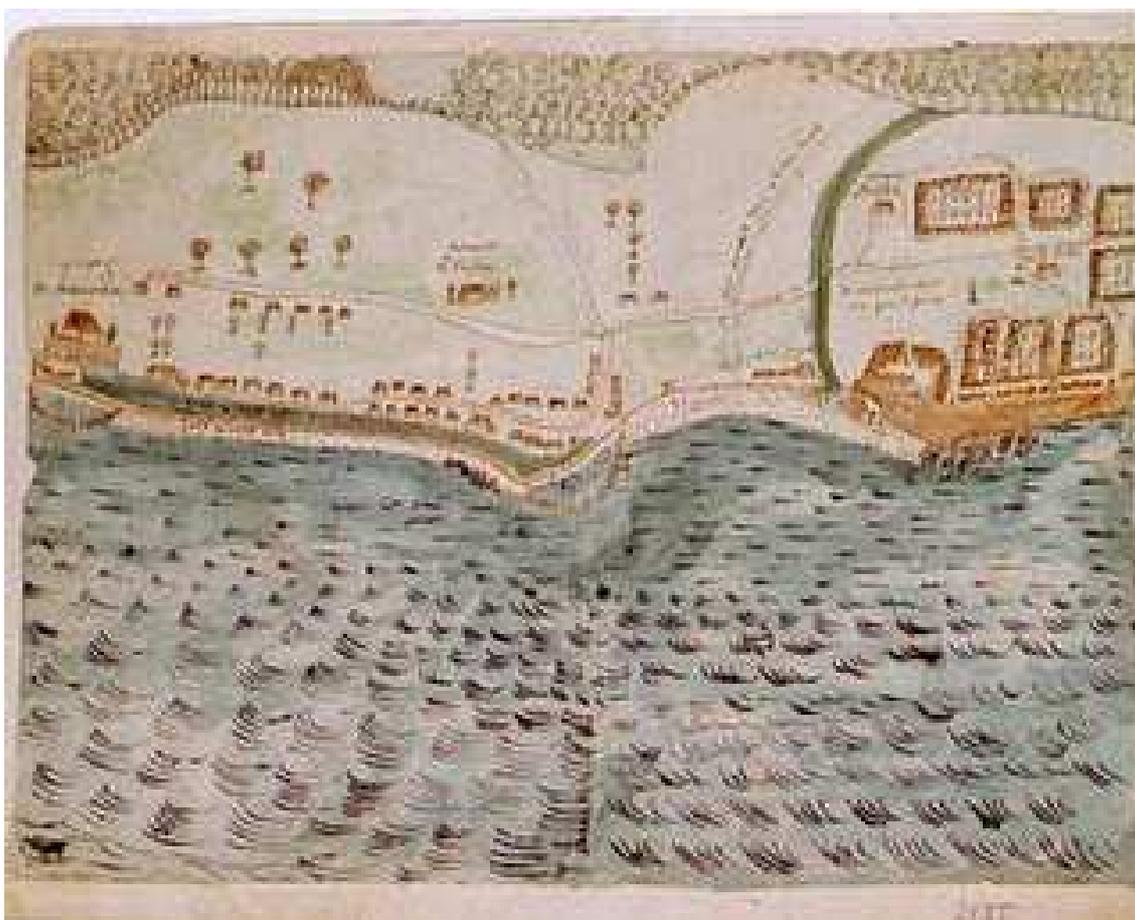


Figura 1. **Belém em meados do século XVIII**  
Fonte: Duarte (2010).

A posição geográfica escolhida para Belém a caracterizaria como uma cidade tropical, pela sua latitude. Neste contexto, da pujança florestal da região na qual está inserida, além da quantidade de águas que a banham, deriva no seu clima com elevada umidade do ar, e uma temperatura média de 26° C. Belém possui elevada pluviometria, apesar de que este fenômeno meteorológico vem perdendo a regularidade de horários e volume hídrico (RODRIGUES, 2012). Ainda hoje, as estações do ano em Belém (e na

Amazônia) não são reguladas pela temperatura, mas pela pluviosidade, sendo o inverno e verão consoantes à maior ou menor frequência e intensidade das chuvas. Com a identificação por parte dos colonos dos frequentes alagamentos, torna-se compreensível a busca inicial pelas áreas mais elevadas por onde o povoamento se espalhou. De acordo com Moreira (1966), ainda que as alterações no relevo fossem medíocres se vista de um modo geral, eram o suficiente, à escala local, para explicar os caminhos que o povoamento seguiu. Conforme Duarte (2010), durante o século XVI os caminhos das aglomerações surgiam em torno do eixo que ligava o Forte do Presépio ao Convento de Santo Antônio. Os limites topográficos estreitos continuavam ser a Baía do Guajará e o igarapé do Pirí. Moreira (1966) classifica em três períodos o processo de expansão de Belém: a) o período ribeirinho, cujos marcos seriam a fundação até meados do século XVIII; b) o período de penetração ou interiorização, de meados do século XVIII ao fim do século XIX; e, c) o período de continentalização, do fim do século XIX em diante<sup>1</sup>. De qualquer modo, tem-se que o arranjo espacial de Belém não foi alterado significativamente durante o período ribeirinho, até meados do século XVIII.

Segundo Duarte (2010), o bairro da Campina teve sua gênese na construção do convento dos Capuchos de Santo Antônio, a um raio de aproximadamente um quilômetro do Forte do Presépio, em 1626. Aqui se erigia os futuros limites de ocupação do novo núcleo. A rota entre o convento e forte se dava através de um caminho tortuoso aberto frente à floresta, que foi denominado caminho de Santo Antônio. Para Penteado (1968), a bipolaridade entre o Forte do Presépio e o Convento dos Capuchos constituiu o vetor determinante nos albos da ocupação do segundo núcleo de Belém. Contudo, para Duarte (2000), o núcleo da Cidade Velha, o qual se encontrava em maior estágio de consolidação, permanecia como o centro do poder político, concentrando ainda a reduzida população de Belém. Havia a construção de diversos tipos de casas religiosas com uso do estoque de trabalho ameríndio,

---

<sup>1</sup> Trindade Júnior (1998) acrescenta um quarto período, o qual nomeia período da metropolização, cuja ruptura se deu a partir dos anos 1960, com a construção da rodovia Belém-Brasília (a BR-010), a qual tornou possível a integração rodoviária com o Centro-Sul do país, modificando a forma e o conteúdo das relações na capital.

com suas versões originais de taipa de mão. A partir de 1640, no entanto, com a instalação da Igreja e Convento dos Mercedários se intensifica o processo de ocupação da Campina, sendo que em frente à igreja foi construído largo, que seria, mais tarde, convertido na primeira feira de Belém, onde eram comercializados viveres desembarcados na praia (PENTEADO, 1968).

O ano de 1655, provavelmente, foi a data da elevação de Belém à categoria de cidade. Em 1673, o governador Pedro César de Menezes transferiu a sede da capitania do Grão-Pará e Maranhão de São Luís para Belém. Finalmente, em 1815, as Capitanias Gerais do Brasil foram transformadas em províncias, ficando Belém como Capital da Província do Grão-Pará (CRUZ, 1973). No final do século XVII, do ponto de vista comercial, Belém se tornara um núcleo exportador de café, açúcar, cacau e baunilha, mas o comércio interno era precário. “O incipiente núcleo de população ressentia-se do seu isolamento; as relações comerciais com a Europa eram muito tênues e faltava de tudo durante os intervalos que separavam a entrada uma e outra embarcação vinda da metrópole, tal como aconteceu em 1694, quando não houve mesmo vinho para as missas” (PENTEADO, 1973, p. 48-50). Quanto ao arranjo espacial do núcleo, Duarte (2010) mostra que o eixo representado pelo antigo caminho de Santo Antônio será partido em dois trechos com toponímia diferenciada, com o segmento compreendido entre o Forte do Presépio e o Largo das Mercês passando a ser denominado como a Via dos Mercadores.

Ainda de acordo com Duarte (2010), a leitura cartográfica das plantas setecentistas indica uma irregularidade do traçado dos quarteirões no entorno das Mercês com limite no prédio da Santa Casa de Misericórdia, revelando, assim, uma ocupação menos controlada pelo aparelho burocrático oficial. Tal não se verifica no restante do tecido urbano, cuja marca característica é a regularidade do traçado. Para Moreira (1966), a construção do sítio urbano de Belém demonstra o quanto o planejamento tentou se impor sobre as condições topográficas originais. Isto se visualiza no predomínio das linhas retas do traçado. Conforme Duarte (2010), em fins do século XVII o vetor de expansão da cidade rumo ao bairro da Campina era notável, inclusive com a transferência dos principais prédios administrativos para o novo bairro.

Possivelmente, nota Duarte (2010), a partir das leituras de Penteado (1968) e Moreira (1966), esse deslocamento indica a ascensão de uma classe mercantil na cidade. Belém, então, já não se tratava apenas de um entreposto militar e administrativo.

### **3. Acumulação mercantilista cristalizada nas formas**

A elite lusitana de caráter mercantil converterá Belém em um nó geográfico através de seu sistema hidroviário e portuário. A nova classe mercantil elegerá o antigo caminho de Santo Antônio como *locus* de construção de residências, armazéns e lojas (DUARTE, 2010). Nesse aspecto está a raiz da mudança do nome do bairro da Campina para bairro do Comércio e da Via dos Mercadores, a qual atualmente se chama Avenida Conselheiro João Alfredo. O século XVIII, contudo, representa uma ruptura com o padrão cumulativo de então. Durante o reinado de Dom José I, e mais especificamente, com a indicação de Sebastião José de Carvalho e Melo (o Marquês de Pombal) para o cargo de primeiro-ministro (o qual ocupou entre 1750 e 1777), Portugal tentou diminuir a dependência econômica que havia adquirido com a Inglaterra. O período pombalino é marcado por uma séria de reformas na sede do Reino em Portugal, e, por conseguinte, nas colônias. Foi sua a decisão de unir as duas unidades administrativas (os estados do Brasil e do Grão-Pará e Maranhão) em uma, com uma única capital, em 1775; mas a medida mais impactante no Grão-Pará e Maranhão foi a expulsão dos jesuítas.

Marquês de Pombal possuía o intuito de aumentar a racionalidade burocrática e econômica do Estado Lusitano, para se equiparar ao que ocorria na Inglaterra em franca industrialização, e ao mesmo tempo desejava centralizar ainda mais o poder da Coroa. Em nome do rei D. José I, travou uma batalha política contra a Companhia de Jesus, acusando-a de agir como um poder autônomo em pleno Estado Português. A peça chave para a expulsão dos jesuítas foi um dos irmãos do Marquês, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que em 1751 foi nomeado, pelo irmão, Governador Geral do Estado

do Grão-Pará e Maranhão (cargo acima dos dois capitães-mores). Mendonça Furtado fundou duas vilas, atualmente sedes municipais: Soure, na Ilha do Marajó, e São Domingos do Capim. De acordo com Baena (2004), o Governador entrou em conflito tanto com os jesuítas que mantinham controle exclusivo sobre o estoque de trabalho ameríndio, fazendo com que o governo tivesse sempre de solicitar à Companhia de Jesus autorização, dias e horários específicos para o uso da força de trabalho das comunidades locais, como com os colonos que queriam escravizar os ameríndios e utilizá-los nos engenhos e na produção agrícola, dado que a exportação dos negros era excessivamente cara (CANO, 2002).

Ainda em 1759, Pombal determina a expulsão dos jesuítas da metrópole e das colônias portuguesas, e nomeia para o cargo de Presidente do Conselho do Santo Ofício (Inquisição) seu outro irmão: Paulo Antônio de Carvalho e Mendonça. Destarte, apesar de a Inquisição não ter sido oficialmente desmantelada, com o irmão de Pombal, ela sofreu um profundo abalo na sua autonomia, sendo usada como instrumento de poder político do Marquês, com a criação de medidas que a levaram à progressiva subordinação à autoridade real.

Para efetivar suas determinações no campo político-militar, Pombal ordenou a construção de um número reduzido de novas grandes fortalezas localizadas em posições estratégicas ao longo das fronteiras provisórias da colônia, desde a região das missões jesuíticas no Rio Paraná até as missões na foz do Rio Amazonas e afluentes. Determinou a promoção de cada um dos grupos de cabanas, que formavam uma missão, ao estatuto oficial de vila ou pequena cidade governada por um magistrado designado pelo governo colonial, originando parte das atuais sedes municipais da Amazônia. Solicitou a fundação de algumas novas cidades coloniais para abrigar um pequeno grupo de novos colonos. E converteu os nativos em cidadãos portugueses, como parte de uma estratégia militar de incorporação de efetivo civil ao aparato militar (MACHADO, 1997).

Com os ameríndios convertidos em cidadãos lusitanos, eles poderiam,

por exemplo, ser regularmente contratados pelos colonos a realizarem campanhas em outras áreas de pesca (pesqueiros) que não os da fazenda real como até então (FURTADO, 1981). O estoque de trabalho responderia à regulação territorial. As preocupações pombalinas eram com a eficiência produtiva da colônia. Após o governo de seu irmão no Grão-Pará e Maranhão, em 1775 converteu o Brasil numa única unidade administrativa, com sede no Rio de Janeiro. Instituiu a Derrama para maior taxaço do ouro nas Minas Gerais (ANDRADE, 1995), e, no Grão-Pará, extinguiu a exclusividade dos pesqueiros reais, possibilitando aos proprietários individuais delimitarem seus próprios pesqueiros e realizar pesca por conta própria. No que tange ao arranjo espacial urbano, os recursos oficiais investidos na cidade durante este período não possuem um paralelo na história. Em 1753, por ordem de Mendonça Furtado, chegou a Belém uma expedição técnico-científica constituída por astrônomos, engenheiros e cartógrafos italianos, portugueses e alemães, entre eles o arquiteto bolonhês Antônio José Landi (DUARTE, 2010).

A expedição, integrante da Comissão Demarcatória de Limites estava encarregada da demarcação e reconhecimento das novas fronteiras entre as colônias de Portugal e Espanha acordadas no Tratado de Madri (1750). Entrementes, os trabalhos referentes ao Tratado não chegaram a ser executados, tendo seus integrantes utilizados em outras demandas. Um dos engenheiros presente na comissão era o alemão André Schwebel, que elaborou a primeira planta geométrica de Belém. Gaspar Gronfeld, outro engenheiro alemão, propunha a fortificação do perímetro urbano da cidade e a transformação do Pirí em um canal que serviria de fosso à fortificação, mas este projeto não foi aprovado pela Coroa Portuguesa (DUARTE, 2010). Já Landi, o mais festejado dos integrantes da comissão, foi responsável pela elaboração de edifícios públicos na cidade, sendo que, para Duarte (2010), os mais significativos foram: a) o antigo Hospital Militar (1765); b) o Palácio dos Governadores (1772); c) a Igreja da Sé (1771); d) a Capela de São João Batista (1772); e) a Igreja da Santana (1772); f) o Convento e Igreja do Carmo (1784); g) o Convento e Igreja dos Mercedários (1784); h) a Capela Pombo (1790); e, i) e a Igreja do Rosário (projeto de 1767, concluída apenas em 1848,

após a morte do arquiteto).

Ao fim do século XVIII se inicia o período da interiorização. Duas eras as vias que se destacavam rumo à penetração: a) a Estrada do Utinga, que depois se chamaria Estrada de Nazareth (que compreende atualmente o eixo das avenidas Nazaré, Magalhães Barata e Almirante Barroso), a qual seguia o cume topográfico do sítio urbano; e, b) a Estrada da Cruz das Almas (atualmente Rua Arcipreste Manoel Teodoro), a qual contrariava a regularidade do terreno, uma vez que contornava o alagado em direção ao interior. Em torno dessas áreas de expansão surgiram as chamadas rocinhas, casas amplas e isoladas para segunda habitação as quais permitiam uma área de cultivo. Ao final do ano de 1799, a cidade já contava com 1.083 casas e 10.620 habitantes (IDESP, 2012).

Na virada ao século XIX, no que tange às formas, não houve em Belém a continuidade das transformações do período pombalino. Esse período, no entanto, marca a agitação política decorrente da proclamação da independência do Brasil em 1822, e da adesão forçada do Pará à independência em 1823. Este clima de instabilidade política entre as elites abre uma brecha para uma grande revolta popular, a Cabanagem (1835-1840), que em 1835 teve um governo revolucionário assumindo o poder na capital. O governo cabano durou até 1836, quando o controle da cidade foi retomado, sendo que em uma das batalhas a Marinha Imperial bombardeou quase um terço das residências nas proximidades do rio (CHIAVENATO, 1984).

Após a Cabanagem tem início o trabalho de aterramento do alagado do pântano que rodeava a cidade, possibilitando a ampliação da malha urbana e o arruamento de grandes quarteirões nos bairros de Nazaré e Umarizal (DUARTE, 2010). Na virada do século, o aumento crescente das exportações da borracha produziu um período de prosperidade econômica para a classe proprietária e mercantil local, estreitando as relações comerciais de Belém com os países desenvolvidos de então. Durante o período da economia da borracha (1890-1912), Belém foi considerada a cidade brasileira mais desenvolvida e uma das mais prósperas do mundo, dada sua posição estratégica, sediando

grande número de residências de seringalistas, casas bancárias e outras importantes instituições. Esse período registrou grande quantidade de imigrantes nordestinos e também estrangeiros como portugueses, chineses, franceses, japoneses, espanhóis e outros grupos menores motivados pelas atividades extrativistas, comércio e pequena agricultura que se espalhava para o nordeste paraense. Ao início do século XIX, Belém contava com uma população de 20 mil habitantes. Entre 1872 e 1920, a população cresce de 61.997 a 236.402 habitantes, conforme ilustra o Figura 2.

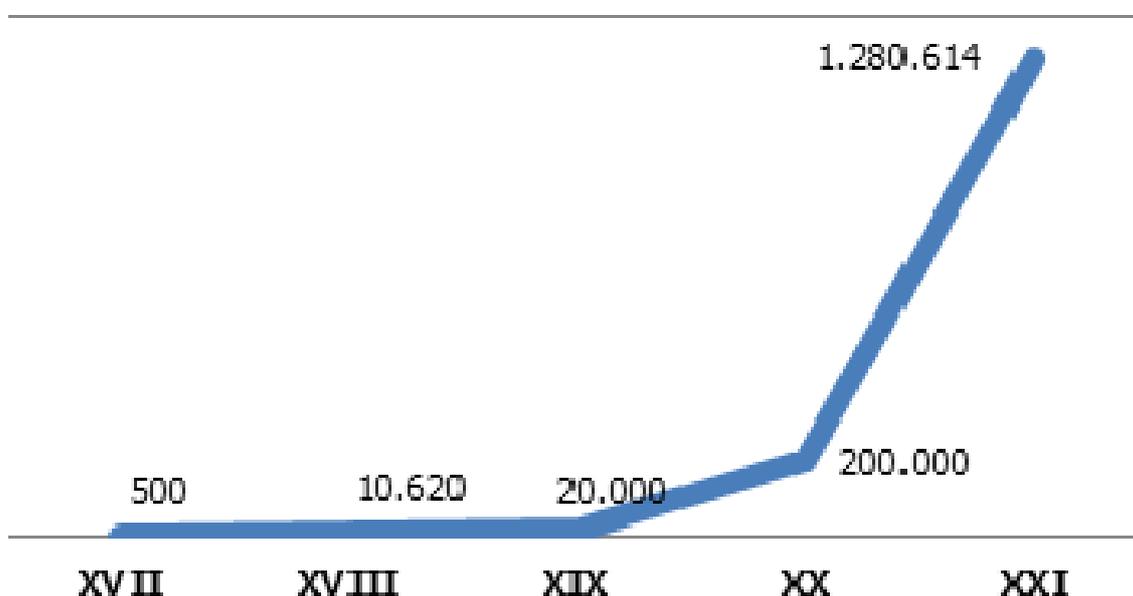


Figura 2. **Evolução demográfica de Belém**  
Fonte: elaboração própria a partir de IBGE (2000).

A cidade contava com elevado sistema de engenharias, contando como Cinema Olympia (o mais antigo do Brasil em funcionamento), considerado um dos mais luxuosos e modernos de seu tempo, o Theatro da Paz, inspirado no Teatro Scala de Milão, iluminação pública com rede elétrica, bondes elétricos, o mercado de ferro Ver-o-Peso (maior feira livre da América Latina), Palácio Antônio Lemos, o Colégio Gentil Bittencourt, a Praça Batista Campos, dentre outros. As principais avenidas tiveram seu calçamento substituído por paralelepípedos de granito importados de Portugal, bem como o sistema de

iluminação público de andiroba foi substituído pelo de gás carbônico, inauguração do sistema de bonde à tração animal, incremento do sistema de comunicações com o telégrafo por cabo sub-fluvial, cujo controle ficava no bairro que herdou o nome de Telégrafo. Inaugura-se ainda nesse período a Estrada de Ferro Belém-Bragança. Na figura abaixo se visualiza alguma dessas alterações na via dos Mercadores, já com o nome de Rua Cons. João Alfredo no início do século XX.

Bordalo (2006) estabeleceu uma periodização com dois regimes históricos analisando este fenômeno: a) o período do controle privado e o comércio das águas em Belém (1839-1894); e, b) o período da República e a implantação do sistema público de abastecimento de água dos mananciais do Utinga (1895 em diante). No primeiro o abastecimento era realizado de modo mercantil sem a intervenção do estado, sendo que, conforme o autor, as autoridades políticas, militares e religiosas, além das famílias mais ricas, consumiam água de boa qualidade extraídas de uma fonte localizada no Igarapé Domingus. O uso dos mananciais do Utinga para o abastecimento com água encanada à população da cidade de Belém teve início em 1885. Até 1870 não havia uma rede canalizada na cidade, ficando o abastecimento a cargo dos chamados “aguadeiros”, comerciantes que continuavam vendendo água para a população em geral. Em 1869, após o término do contrato com o Sr. João Augusto Correia (responsável pelo abastecimento em contrato com o governo) iniciou-se a exploração dos igarapés Ananindeua e Marituba (BORDALO, 2006). O comércio dos “aguadeiros” do Paul D’Água continuaria a ser realizado, precariamente, até 1898, mas em 1879, diante do agravamento da questão referente ao abastecimento de água à população de Belém, o governo provincial firmou um acordo com o engenheiro Edmund Compton, que, em 1881, juntou-se a quatro sócios e fundou a Cia. de Águas do Grão Pará, e “em Dezembro de 1883 foi inaugurado o primeiro abastecimento a domicílio, com a canalização já servindo a 500 prédios em 1884. Também foram realizados estudos para a localização na área do Utinga, dos novos mananciais” (BORDALO, 2006, p. 144).

Entretanto, a duração da Companhia de Águas do Grão Pará foi breve,

pois em 1895, algum tempo após a proclamação da República, e a consequente conversão do Pará de província em estado federado, a Companhia perdeu o monopólio oficial pelo comércio da água encanada, sendo desapropriada pelo Governo do Estado do Pará que a transformou na Inspetoria de Águas de Belém. Tem início assim o segundo período marcado pelo serviço público de águas. Contudo, vale a pena ressaltar que as experiências de concessões de serviços e bens de responsabilidade do Estado (antes da Coroa) a mercadores privados na história do Pará repetem um enredo semelhante com três momentos: a) uma primeira rápida expansão, seguida de esmorecimento e letargia na conclusão e avanço das primeiras obras; b) acirrada disputa com outros tipos clandestinos ou periféricos de disputa territorial com a companhia que detém a concessão; c) desapropriação da empresa privada e retomada do serviço totalmente estatal.

Os três momentos são semelhantes na análise de Bordalo (2006) tratando do sistema de abastecimento de água, com a análise de Penteado (1979) acerca do sistema portuário de Belém na virada do século XIX ao século XX. Este objeto foi construído em virtude das promessas de lucros oferecidos pelo setor gomífero. A licitação da obra foi executada pelo Governo Federal e entregue ao engenheiro Percival Farquhar em 1906. Farquhar organizou nos EUA a companhia que seria responsável por construir e gerir o Porto de Belém, a "*Port of Para*". No início a obra rendeu bons lucros aos acionistas, em virtude das taxas cobradas às embarcações que exportavam borracha e importavam produtos europeus e norte-americanos, mas após 1912 o porto ganhou características regionais, perdendo o contato comercial com os antigos consumidores da borracha. A companhia "*Port of Para*" manteve a concessão do Porto e de uma companhia de navegação sobre o Rio Amazonas até 1940, quando as instalações foram desapropriadas em favor do Estado que passou a comandar o sistema com o Sistema de Navegação do Pará, posteriormente Companhia Docas do Pará (PENTEADO, 1979).

Além do porto, a borracha deixou outras heranças na paisagem. O intendente Antônio Lemos (1897 e 1912), no auge do período gomífero, foi o responsável por uma grande renovação no sistema de objetos da cidade,

estando ciente das modificações urbanas ocorridas em Paris e nas grandes metrópoles europeias. Entre as grandes modificações se destacam: a) valorização dos espaços de convivência, sobretudo as praças; b) calçamento e arborização das ruas; c) projetos de remodelação das praças e parques; d) organização do sistema de abastecimento com a criação de mercados municipais; e) conclusão do aterro da orla do bairro do Comércio, dando origem ao boulevard Castilhos França; f) construção do novo cais da cidade; g) inauguração da iluminação elétrica; h) implantação do sistema de bondes elétricos; e, i) implantação do Código de Polícia Municipal, regulamentando as construções desde a disposição no lote até a ornamentação das fachadas (DUARTE, 2010).

Além da elaboração de objetos, a administração de Lemos é marcada pelo planejamento em longo prazo. De acordo com Sarges (2002), o projeto de expansão da cidade encomendado por Lemos previa a implantação de doze parques municipais de áreas florestadas para amenizar o clima, sendo que três foram implantados durante a sua gestão: a) a área que atualmente pertence ao Museu Paraense Emilio Goeldi; b) o bosque Rodrigues Alves; e, c) a floresta do Utinga, atualmente uma unidade de conservação municipal. A expansão dos novos bairros foi dirigida a partir do projeto realizado pelo engenheiro Nina Ribeiro, para o triênio de 1883 a 1886, foi revista, em 1905, pelo cartógrafo municipal José Sidrim, atendendo solicitação de Lemos. Para Duarte (2010), tratava-se de um projeto pioneiro no Brasil, filiado à engenharia urbana oitocentista.

Contudo, ficaram de fora do projeto as áreas baixas (30% da área total da cidade), sujeitas a alagamento periódico correspondendo. Estas áreas permaneceriam durante longo período sem arruamento, e viriam a ser ocupadas pela população de baixa renda, na medida em que a aglomeração crescia. Do ponto de vista da paisagem, Belém é uma cidade que ilustra bem a ideia miltoniana de palimpsesto<sup>2</sup>, vez que as intervenções urbanas a partir do

---

<sup>2</sup> De acordo com Santos (1994, p. 70), “o envelhecimento físico das formas é previsível pela durabilidade dos materiais, o envelhecimento moral não é tão previsível, muda de acordo com o quadro político, econômico, social e cultural. A paisagem é um palimpsesto, um mosaico, mas que tem um funcionamento unitário. Pode conter formas viúvas e formas virgens”.

Centro Histórico de Belém, conforme Duarte (2010), foram executadas por acréscimo e não por supressão, permitindo, assim, a conservação da memória do traçado até os dias correntes. Por outro lado, apesar da expansão, Belém conserva a centralidade do poder político e econômico no Centro Histórico. A antiga via dos mercadores, já convertida em Avenida Conselheiro João Alfredo concentrava ainda as mais conceituadas lojas comerciais como a Loja Paris n'América, a Livraria Tavares Cardoso, Livraria Clássica, Livraria Alfacinha, Sapataria A Boa Fama, Perfumaria Trianon, Canto das Camélias, Maison Française, entre outras (DUARTE, 2010). Em meio ao contexto de renovação das formas urbanas, as autoridades locais, chefiadas pelo Governador Lauro Sodré, via decreto encamparam em 1895 a Companhia de Águas do Grão Pará, transformando-a em Inspetoria das Águas de Belém, bem como determinaram a proibição do comércio de água realizado pelos aguadeiros do antigo e Paul D' Água. Conforme Bordalo (2006), primeiramente a Inspetoria foi transformada em Diretoria dos Trabalhos Públicos, em 1899, sendo substituída pela Diretoria do Serviço de Água em 1901, tornando-se a responsável pela gestão da área do Utinga planejada por Lemos. Em 1902 a fazenda Utinga, com 820 hectares, é desapropriada para a preservação das nascentes dos igarapés Utinga, Buissuquara e Catu (BORDALO, 2006).

Belém, no entanto, adentra o século XX sentindo os graves efeitos do enfraquecimento da oferta de borracha para o mercado mundial, e por consequência a decadência demográfica. Neste período, parte dos capitais herdados da borracha passou a ser investido nas indústrias locais, sobretudo, no bairro do Reduto, zona de expansão do bairro do Comércio. O prosseguimento dos anos 1930 aos anos 1950 marca um período de perdas do qualitativo administrativo. Os serviços básicos como o saneamento, a limpeza urbana, o abastecimento de energia, voltam a constituir problemas prioritários da vida urbana frente à falta de recursos municipais (DUARTE, 2010).

Nos anos 1930, com a indicação do Interventor General Magalhães Barata determinou-se a realização de estudos geológicos e topográficos na área das microbacias, bem como a elaboração de um plano e a construção em 1931 do canal do Una, que desviaria as águas dos igarapés Catu e Água Preta

para o Buiussuquara, indo juntas até a estação de bombeamento do Utinga, onde a água bruta era levada por adutoras subterrâneas até a Estação de Tratamento em São Brás, concluída em 1936 (BORDALO, 2006). Durante a Segunda Guerra Mundial a cidade foi beneficiada com a instalação de bases militares e outras instituições públicas, localizadas no limite da primeira légua patrimonial, as quais deram origem ao chamado “Cinturão Institucional”, o qual, mais tarde representaria um obstáculo ao crescimento dos objetos urbanos, forçando a elevação da densidade no interior do perímetro urbano (TRINDADE JÚNIOR, 1998).

#### **4. Consolidação de Belém como metrópole regional**

Na década de 1950 iniciam-se os projetos de integração na região amazônica. Em 1953 é criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), que viria a ser mais tarde convertida na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), com sede em Belém, e planeja-se a implementação de projetos particulares e públicos na região. Isto aliado à construção da Rodovia Belém-Brasília (BR 010), já nos anos 1960, propiciou a Belém ser novamente um polo de atração de estoque de trabalho de outras regiões do país, que vinham em busca de terras devolutas e trabalho nos projetos fomentados pelas superintendências.

A vocação de Belém como capital regional era, assim, reafirmada. Este processo, no entanto, será marcado, a partir de 1964, pelo autoritarismo implantado no Brasil através do golpe militar, o qual perduraria até 1985. O forte centralismo do período levou ao esvaziamento político e financeiro dos municípios, sobretudo na Amazônia, convertendo o Estado nacional no protagonista onipresente das grandes mudanças no arranjo espacial da Amazônia. As principais consequências sociais da reconfiguração territorial adotada nesse período foram: a) concentração de renda; b) concentração de terras; c) êxodo rural; e, d) explosão demográfica nas cidades (MONTEIRO; COELHO, 2004).

Na década de 1960 foi criado Departamento de Água e Esgoto. O abastecimento de água encanada para população era oriundo dos mananciais do Utinga, mas a degradação ambiental da área foi agravada em 1966, quando a estrada de ferro “Belém-Bragança” que tinha sido construída em 1883, cortando algumas nascentes, na parte superior do lago Água Preta, fora desativada, dando lugar à construção da Rodovia BR-316 (BORDALO, 2006). Em 1960 Belém somava aproximadamente 360 mil habitantes, chegando a 950 mil em meados dos anos 1990. Conforme Trindade Júnior (1998), o aumento da população força a expansão urbana para além dos limites do Cinturão Institucional.

O processo de periferização se intensifica com a construção da Rodovia Augusto Montenegro em direção ao distrito de Icoaraci e ampliação da Avenida Almirante Barroso, articulada ao eixo da Belém-Brasília. A BR-316 se tornaria o principal eixo de expansão da cidade de Belém, isso acelerou o processo de ocupação urbana ao Norte dessas bacias hidrográficas formadoras dos mananciais. A valorização do solo urbano e a especulação imobiliária acentuam os processos de segregação espacial, de verticalização das edificações.

Em 1973, foi criada por lei complementar federal (alterada posteriormente em 1995, 2010, e 2011) a Região Metropolitana de Belém (RMB), formada atualmente pelos municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Isabel do Pará, Santa Barbara do Pará e Castanhal, sendo Belém o município sede. Em 2011 a RMB sozinha concentrava aproximadamente 40% da riqueza e 35% da população de todo o estado do Pará (IBGE, 2013). Esta institucionalização de Belém como Região Metropolitana (ao lado de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre, Curitiba e Fortaleza, as quais seriam ao longo do século XX as nove clássicas regiões metropolitanas brasileiras) demonstra o reconhecimento oficial da inserção da cidade nova escala de problemas intraurbanos decorrentes do intenso processo de urbanização do país que elevou a taxa de urbanização de 47,0% em 1961, para 78,2%, em 1991, chegando a 81,2% em 2000. Cabe ainda ressaltar, seguindo Duarte (2010), que

o processo de redemocratização iniciado ao fim dos anos 1980 indica a capacidade de articulação e pressão dos movimentos populares, algo respondido pela elaboração e aprovação de novas leis reconhecendo a questão social da problemática urbana. A aprovação da Lei Orgânica do Município de Belém em 1990, bem como do Plano Diretor de Belém em 1993. Em 1982 foi realizado pela Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA) o primeiro diagnóstico de condições ambientais das fontes de recursos hídricos, o “Diagnóstico do Estudo Urbanístico dos Lagos Bolonha e Água Preta”. No período da redemocratização a preocupação com o tratamento da água aumentou e isto foi sentido pelo primeiro governador eleito, Jader Barbalho, que, em 1994, inaugurou uma nova adutora de água bruta do Rio Guamá para os lagos com capacidade de 1.750 metros, aumentando a vazão destinada aos lagos Água Preta e Bolonha. Ainda assim devido ao contínuo crescimento da demanda por água encanada à população da RMB, bem como a falta de recursos financeiros, o sistema de abastecimento superficial dos mananciais do Utinga (COSANPA), mesmo estando diretamente interligado ao Rio Guamá, não tem sido suficiente para garantir o sozinho esse abastecimento (BORDALO, 2006).

Atualmente a gestão do abastecimento hídrico no município de Belém é compartilhada entre a Prefeitura de Belém, através do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Belém (SAAEB) e o Governo do Estado do Pará, através da Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA). Ao contrário da COSANPA, que apresenta um sistema integrado de abastecimento, O SAAEB se caracteriza, primordialmente, pela construção de sistemas isolados de abastecimento, constituídos por poços que fornecem abastecimento a sistemas de água encanada de pequeno alcance. No início, na década de 1970, tratava-se de uma medida de saúde pública, pois a população dos distritos isolados da capital paraense era acometida por muitas moléstias e endemias provocadas pela ausência de um sistema de água tratada. O abastecimento naquele período era propiciado pelo SAAEB exclusivamente através de poços rasos de 60 metros de profundidade e bateria de poços amazonas (TABOSA, 2014).

### Bairros e Ilhas do Município de Belém-PA

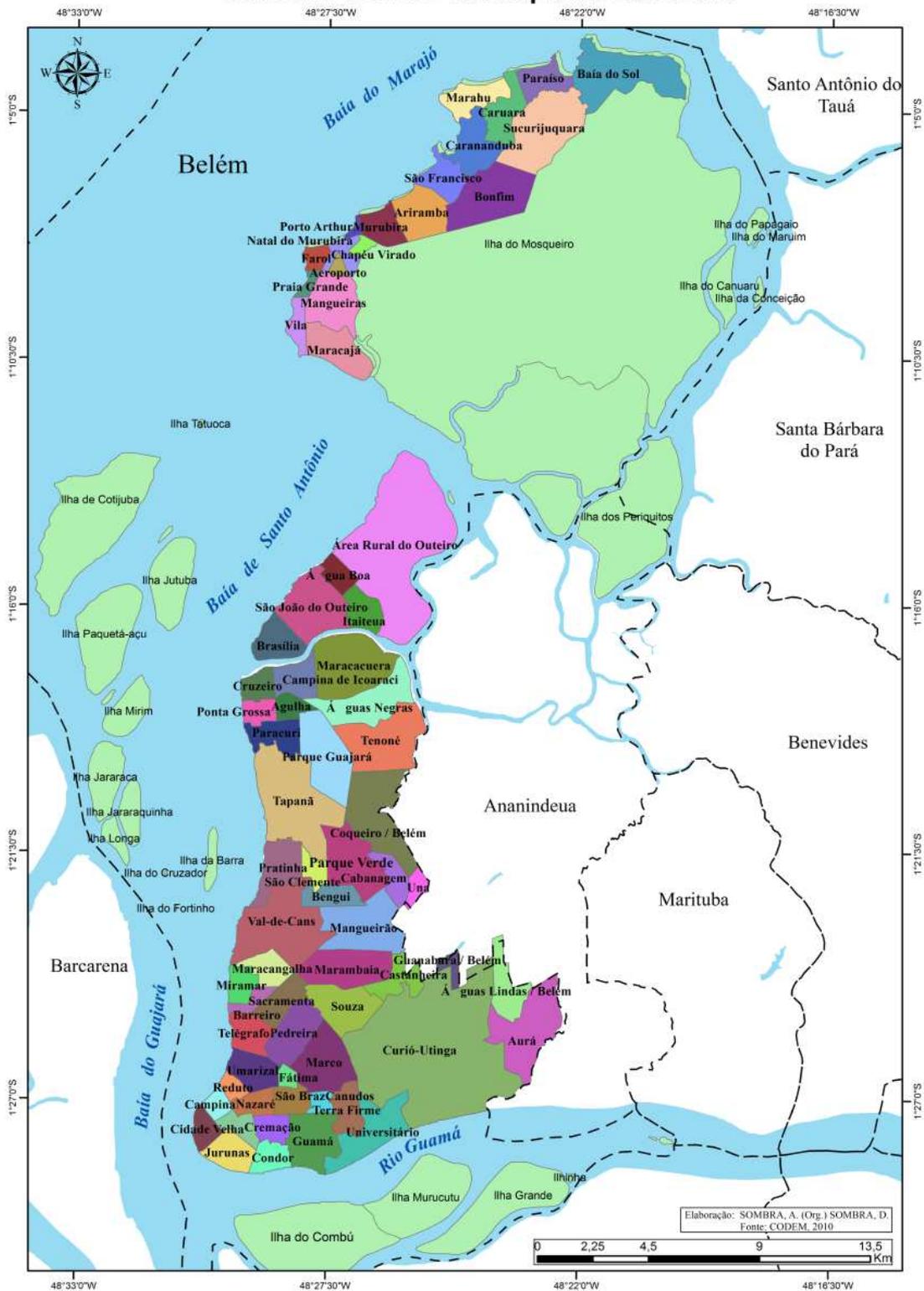


Figura 3. Mapa de localização dos bairros e ilhas de Belém  
Fonte: Elaboração de André Sombra a partir de IBGE (2010).

Belém se apresenta, no início do século XXI como uma cidade dos

serviços e comércio, totalmente urbana, cidade feminina (53% de sua população) e jovem. Consolidou-se como polo de atração de qualificação da mão de obra, por possuir as maiores e melhores universidades da Região Norte e centros de pesquisa e desenvolvimento. Entre os principais desafios para Belém está superar o mais baixo (0,251) Índice de Bem Estar Urbano entre as quinze RM brasileiras (OBSERVATÓRIO DAS METROPOLES, 2012), apresentando um dos mais baixos índices de sensação de segurança com os percentuais baixos nas três categorias: domicílios (64,8%), bairros (49%) e cidades (36,9%) (IBGE, 2013). Com uma população de 1.393.399 habitantes, Belém possui a maior densidade demográfica da Região Norte com 1.315,26 hab/km<sup>2</sup> (IBGE, 2011). É a cidade polo da Região Metropolitana de Belém (RMB), que conta com 2.100.319 habitantes, é o 2º mais populoso município da região, 12º do país e 177º do mundo; enquanto que a RMB é o maior aglomerado urbano da Amazônia. Belém é ainda a maior cidade nas proximidades da Linha do Equador. Sua população vive na área urbana (99%), a taxa de crescimento populacional de Belém representa apenas 0,4% da média do Pará, é uma cidade feminina (53% da população) e jovem, sendo que 54% do eleitorado é feminino.

Belém se limita ao norte com o município de Salvaterra (através da Baía do Marajó), a leste com os municípios de Ananindeua, Santo Antônio do Tauá e Santa Bárbara do Pará (pelo continente), ao sul com o município do Acará (através do rio Guamá), e a oeste com o município de Barcarena (através da Baía do Marajó e Baía do Guajará). Atualmente, Belém está dividida em oito Distritos Administrativos e 71 bairros, com área territorial de 1.059,458 km<sup>2</sup>, sendo a porção continental correspondente 34,36% da área total, e a porção insular composta por 39 ilhas, que correspondem a 65,64% da área, conforme ilustra a Figura 3.

No que tange à sua parte insular, Belém apresenta uma grande diversidade de ilhas grandes e pequena, aluviais e não aluviais, algumas dispostas ao norte, como as grandes ilhas do Mosqueiro e de Caratateua (conhecida como Outeiro), que possuem ocupações de caráter urbano, enquanto outras dispostas a oeste na Baía do Guajará, como a ilhas de

Cotijuba e Paquetá, enquanto que outra localizada a sul, no rio Guamá, como as ilhas do Combú e do Murucutu. As ilhas são fonte de abastecimento de Belém com produtos alimentícios, pecuária de subsistência e cerâmica, há ilhas que desempenham papel de opções de lazer por possuir balneários e pontos turísticos, como a ilha de Mosqueiro, Combú e Cotijuba. Outra importância significativa destas ilhas está no plano histórico, como no período da Cabanagem, duas dessas ilhas, Tatuoca e Arapiranga, funcionaram por como sede política da província e quartel general de ofensiva contra os cabanos (CHIAVENATO, 1984), enquanto que a ilha de Cotijuba abrigou o presídio de presos políticos durante o regime de Magalhães Barata como interventor estadual de Getúlio Vargas durante o Estado Novo.

## **5. O processo de industrialização em Belém**

No contexto colonial, já se fazia presente uma pequena produção artesanal de manufaturas, a qual atendia às populações de baixa renda, uma vez que a elite de Belém adquiria produtos oriundos da metrópole portuguesa. Entre estas manufaturas artesanais existentes no Pará, Mourão (1989) destaca os engenhos de açúcar voltados à produção de aguardente, a produção de sabão, de farinha e os curtumes que produziam trajes grosseiros de juta, principalmente para a vestimenta de escravos. Mas Prado Júnior (1977) alerta que na metrópole portuguesa havia grande receio com relação a qualquer surto industrial no Brasil, pois a balança comercial portuguesa não sobrevivia apenas dos produtos primários brasileiros exportados para a Europa, mas também dos produtos industriais europeus exportados ao Brasil.

Mourão (1989), contudo, explana que no Estado do Grão-Pará e Maranhão essa proibição teve pouco efeito. A cidade de São Luís, inclusive, iniciaria o século XX mais industrializada que São Paulo (CANO, 2002). Os fluxos de transportes eram eminentemente marítimos e se davam quase exclusivamente com a metrópole portuguesa. Tal fato ajuda a entender como, apesar das proibições lusitanas, a estrutura de manufatura artesanal na

província consolidou-se dando origem às primeiras fábricas. O ápice deste momento de proibição se deu com o Alvará de 1785, expedido por D. Maria I, o qual proibia a manufatura no Brasil e decretava à colônia um modelo de produção agroexportador. Em 1809 o alvará de 1785 foi revogado e foram criados os primeiros incentivos à industrialização no Brasil. No Pará, isto significou expansão da produção manufatureira que concomitante ao Ciclo da Borracha veio a resultar em um desenvolvimento econômico, urbano e social restrito a uma pequena camada da população.

Conforme se aludiu, estabeleceu-se a *Belle Époque*, que se consolida no período republicano, momento em que a capital paraense e Manaus se “europeizaram” e, por alguns anos, tiveram serviços e equipamentos urbanos com qualidade equiparada ou superior aos de cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. É também o momento em que parte da renda da Amazônia, principalmente no Acre, recém-conquistado da Bolívia, deixa de ir para as mãos da Coroa e passa a ser acumulada na capital federal. A Reforma Campos do início do século XX, que deu ao Rio de Janeiro o status de “cidade maravilhosa” foi toda efetuada com recursos advindos dos impostos da borracha (PORTO-GONÇALVES, 2001).

A partir de então ganha destaque em solo paraense a manufatura de produtos derivados da borracha e expande-se a produção naval, em face da modernização da estrutura portuária (PENTEADO, 1979). O Pará entra, então, no seu primeiro grande surto industrial. O acúmulo de capital proveniente da borracha permitiu às elites estaduais diversificarem a produção. É neste contexto que surgem os chamados “pioneiros da indústria paraense”, como, por exemplo, a “Fábrica Diana” (1885), que beneficiava cereais, “Fábrica Palmeira” (1892), do gênero alimentício, a rede “Oficinas de Artefatos Metálicos” (1894) e a “Fábrica Perseverança” (1895), produtora de fibras e cabos. Cujas únicas heranças são as fachadas de prédios em bairros antigos de Belém. Após o fim do Ciclo da Borracha este surto esmaeceu. Enquanto a atividade industrial servia quase que exclusivamente às necessidades das classes seringalistas – quer fosse para auxiliar a produção e o escoamento da borracha, quer fosse para atender a necessidades pessoais de consumo – o

processo caminhou harmonicamente. Com a redução da injeção de capitais e necessidade de retornos lucrativos a atividade industrial até então desenvolvida foi colocada em xeque (MOURÃO, 1988).

O país, como um todo, ainda não havia, de fato, aberto os olhos para a atividade industrial. Afinal, o Sudeste vivia o esplendor do café; o Nordeste, a decadência do açúcar; e a Amazônia, o sonho da borracha. As fábricas surgiam sempre em papel coadjuvante. O Brasil não possuía um mercado nacional e nem fluxos internos de produção e consumo. É ainda neste contexto que surge a primeira indústria de bebidas na Amazônia, a “Fábrica de Cerveja Paraense” de propriedade dos senhores Antônio Almeida Faciola, Eduardo Tavares Cardoso e Menassés Pension, fundada em 1905 (MOURÃO, 1989). Esta autora destaca que a indústria de bebidas, tal como a de alimentos e a de produtos de higiene pessoal possuía um mercado consumidor local mais consolidado.

A situação ao longo dos anos 1930 e 1940 assim ficou. Com declínio em alguns setores – derivados da borracha – e estagnação de outros – como o de bebidas, a concentração de capitais se desmanchou em virtude do fim do ciclo da borracha. A indústria permanece com porte pequeno, atendendo ao mercado local. Em paralelo, o resto do Brasil, sobretudo o Sudeste brasileiro, caminhava para uma segunda fase no processo de industrialização, a chamada “substituição de importações”, momento em que o Estado aplicou políticas destinadas a propiciar a diversificação e a expansão do setor industrial no país. Esse contexto de mudança de padrão econômico é marcado por uma cisão política, a Revolução de 1930, e a fase de “substituição de importações”, priorizando capitais nacionais a qual, para Ianni (1988), durou em linhas gerais entre 1930 e 1964.

A partir da Ditadura Militar se inicia efetivamente o terceiro período do processo de industrialização brasileira, a “internacionalização da indústria”, com a valorização crescente de capitais externos, principalmente empréstimos, financiando grandes projetos estruturais, deixando o mercado de bens de consumo não duráveis nas mãos das companhias estrangeiras (IANNI, 1988).

Este período da industrialização brasileira praticamente destruiu as bases estabelecidas no segundo período, desestabilizando as indústrias baseadas no modelo de substituição de importações. Na Amazônia, estas políticas não estavam surtindo efeito, até porque industrializar esta região não era o objetivo do Governo Central, mas sim a integração territorial. A partir do Plano de Metas de JK, e das políticas desenvolvimentistas da Ditadura Militar, a Amazônia é integrada ao território brasileiro (MONTEIRO; COELHO, 2004).

O período de 1980-1990 em Belém reflete as dificuldades vividas pela economia brasileira, muito embora o Produto Interno Bruto (PIB) da RMB tenha crescido em torno de 3% e o PIB nacional tenha crescido apenas 1,8%. Destaca-se que o fato deste incremento do PIB da RMB ter sido superior ao do Brasil se deva ao fato de que, neste período, algumas áreas do Pará estarem em implementação de atividades mineradoras, madeireiras e agropecuárias, além de que Belém já estava consolidada como o ponto de escoamento e central de negócios, o que tornava a cidade um nó geográfico com a centralização de serviços especializados. Entretanto, estas décadas foram difíceis para Belém. O setor primário teve crescimento médio anual de estoque de emprego em torno de 5,8%, já no secundário este crescimento foi de 2,8%, sendo que houve decréscimo no número de empregados nos setores de vestuário (-6% a.a), mecânica (-3% a.a), química (-3,8% a.a), a construção civil sofreu forte abalo em decorrência da crise nacional, bem como a perda de poder aquisitivo da população, além do aumento do preço dos terrenos na cidade e a especulação imobiliária.

Os setores que apresentaram saldos positivos foram os de transportes e seus coligados que apresentaram saldos de (6,7%) devido a incentivos por parte do estado para a construção de estaleiros e atividades relacionadas a materiais plásticos (4,3%) e madeira (3,7%). O setor terciário foi o que mostrou melhores resultados que mostram resultado de (3,2% a.a) no estoque de emprego (BRASIL, 2013; IBGE, 2011). A Figura 4 ilustra a evolução do PIB. Entre 1991 e 2000, o IDHM passou de 0,562 para 0,644, o que representou uma taxa de crescimento de 14,59%. O hiato de desenvolvimento humano foi reduzido em 81,28% entre 1991 e 2000. Nesse período, a dimensão cujo índice

mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,133), seguida por Longevidade e por Renda. Ampliando a análise para 1991 a 2010, o IDHM do município passou de 0,562, em 1991, para 0,746, em 2010, enquanto o IDHM do Pará passou de 0,493 para 0,727. Isso implica em uma taxa de crescimento de 32,74% para o município e 47% para o estado; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 57,99% para o município e 53,85% para o estado.

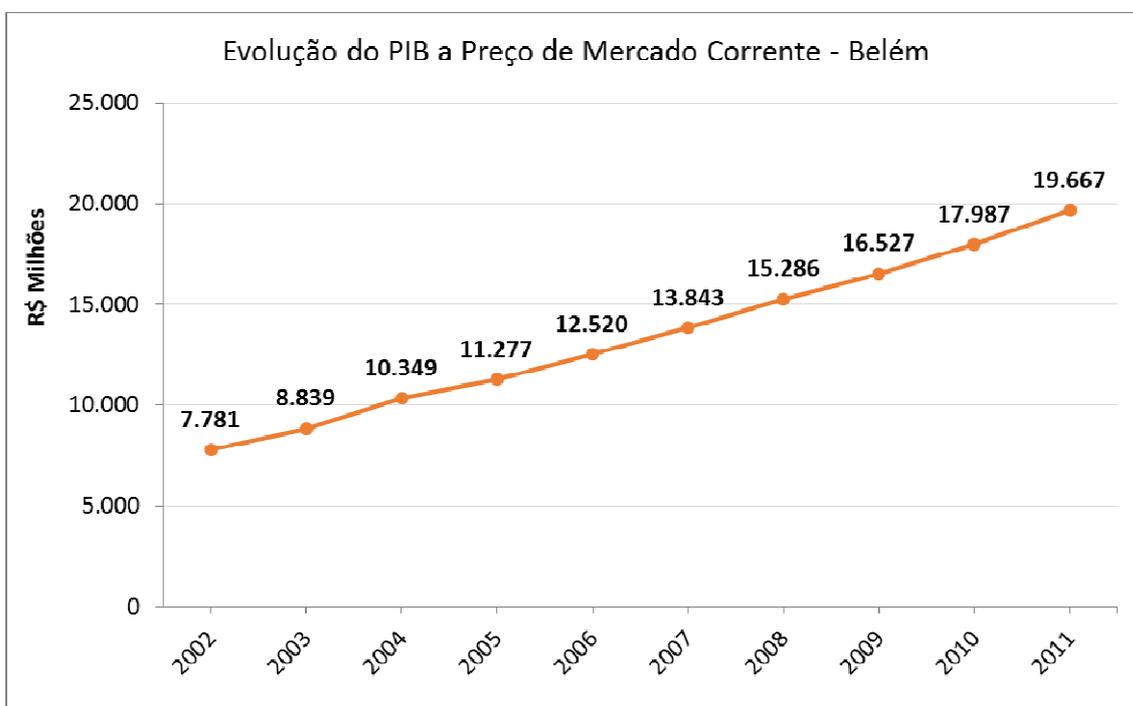


Figura 4. **Evolução do PIB de Belém de 2002 a 2011**

Fonte: elaboração própria a partir de IBGE (2012).

Nos anos 2000, o Brasil protagoniza a retomada do crescimento econômico com relativos avanços sociais, abrindo um novo horizonte para a questão da desigualdade socioespacial. Assistiu-se ao crescimento econômico descentralizado, por meio da liberação de políticas públicas de investimento e de distribuição de renda, alterando a composição da riqueza nacional segundo a localização territorial. No ano de 2010, por exemplo, o conjunto das regiões metropolitanas respondeu por 40% do produto nacional, enquanto em 1970 chegou a representar quase 54% (IBGE, 2011). Belém também gozou da

redução de desigualdade advinda destas políticas, o PIB na década de 2000 apresenta-se de forma crescente, conforme a Figura 4, puxado pelo setor de serviços. Há evolução na série histórica de 2002 a 2011, onde a taxa de crescimento foi do PIB foi de 153%.

## 6. Belém, capital terciária

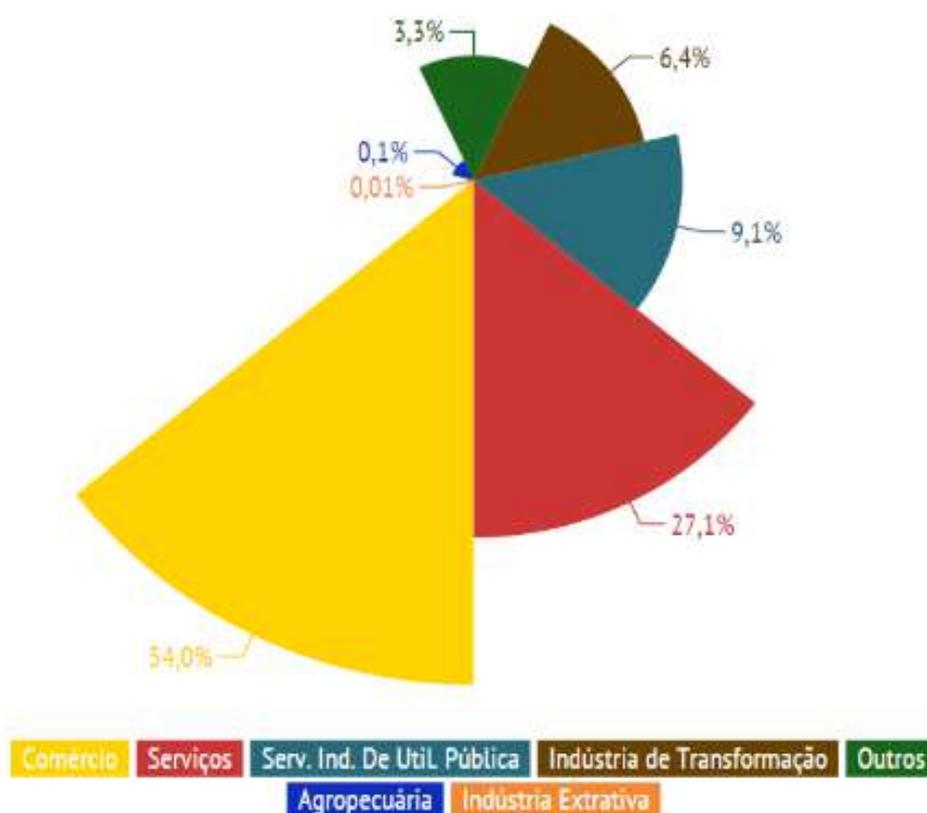


Figura 5. **Arrecadação de ICMS em Belém por setor em 2010**  
Fonte: elaboração própria a partir de SEFA-PA (2010).

Em 2012, Belém, após dois anos, retornou à primeira posição no estado do Pará com um PIB de R\$ 20,558 bilhões, elevando a sua participação de 22,27%, em 2011, para 22,59% em 2012, com o protagonismo do setor de comércio e serviços. Já o município de Parauapebas, que perdeu a posição, atingiu R\$ 16,734 bilhões, mas perdeu em participação (18,39%) na comparação com o desempenho no ano anterior (22,51%), devido à queda do

preço do minério de ferro comercializado internacionalmente, já que a atividade extrativa é responsável por mais de 80% do Valor Adicionado (VA) de Parauapebas (IBGE, 2013, PARÁ, 2015). O setor econômico que mais contribui para a arrecadação estadual, em Belém, é a atividade do comércio, que em 2010 totalizou R\$ 1.932 milhões, o que representa uma participação de 37,3% do total arrecadado pelo Estado no mesmo ano. O segundo setor que mais contribuiu foi o de serviços que apresentou participação de 27%, conforme ilustra a Figura 5.

Estes dados permitem afirmar que apesar de ter desenvolvido relativo processo industrial, a metrópole paraense persiste como uma capital comercial. Infere-se deste ponto que o modo hegemônico de gestão dos recursos e da administração público, apesar de modernizados, tendem a reproduzir certo caráter patrimonialista, em detrimento da modernização no sentido estrito, que prioriza incorporação de capital constante para obtenção de mais-valor relativo. A divisão territorial do trabalho impõe a Belém, ainda nos tempos atuais, a concentração de mais-valor absoluto. Ao fazer a passagem do olhar para a formação espacial brasileira, vê-se que o comércio se caracteriza por ser um setor que emprega parcela significativa da força de trabalho e movimenta uma fração crescente da atividade econômica, ligando produtores a consumidores. É um setor fortemente pulverizado e em constante evolução, sensível às mudanças do perfil e das necessidades do consumidor. Costuma-se dividir o comércio em três ramos principais: a) o atacadista, destinado à comercialização de grandes quantidades de um produto, sendo o intermediário entre fabricantes e varejistas; b) o varejista, que designa os setores de comércio que vendem diretamente aos consumidores finais; e, c) o comércio eletrônico, englobando as compras realizadas pela internet e outros meios como terminais de autoatendimento, *smartphones* e televisão.

Em Belém, o segmento do comércio que se destaca é o varejista voltado para as atividades de compra e venda de produtos novos e usados, seguido por produtos alimentícios, bebidas e fumo, equipamentos de informática, comunicação e domésticos. É o segundo setor econômico mais importante da cidade, com 42% de participação em vínculos empregatícios, ficando atrás

somente do setor de serviços que apresentou 44% de participação. Em 2013, somente o comércio respondeu por 77.741 empregos, o que corresponde a quase 18% de todo emprego gerado no mesmo ano. Também é o segundo setor com a maior mão de obra qualificada da cidade, com quase 70% de seus empregados com qualificação de ensino médio (BRASIL, 2013).

Conforme Rodrigues e Borges (2012), a paisagem de Belém acusa várias ocupações do espaço trabalho informal. O fato é que esta “economia invisível” absorve uma parcela significativa da PEA, que, de acordo com os autores, pode chegar a 40% da mesma. Este fenômeno reafirma o caráter dual da urbanização no Brasil notado por Santos (2009), que afirma que contrapondo-se a um circuito superior da economia com uso intensivo de capital produz-se, como filho dileto do processo de modernização, um circuito inferior com uso intensivo de trabalho, o qual, pelas trocas desiguais, fornece mais-valor ao primeiro. O crescimento do setor informal deriva diretamente da mobilidade do trabalho a partir da desterritorialização dos camponeses, sejam oriundos do interior do estado (LOUREIRO, 1987), ou seguindo a rota a barlavento da fronteira desde o Atlântico (ANDRADE, 1970). Mas ele também deriva do processo de reestruturação produtiva por que passa a economia nacional (RODRIGUES; BORGES, 2012).

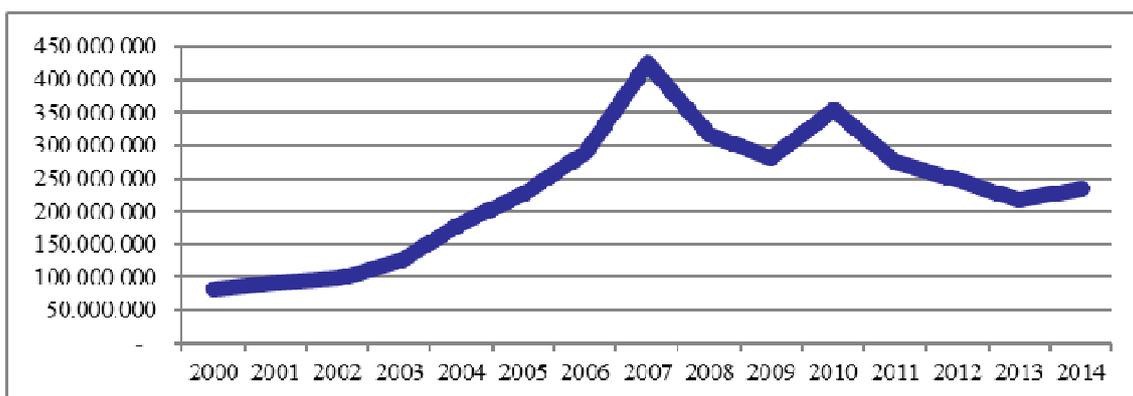


Figura 6. Saldo de exportações e importações em Belém  
Fonte: elaboração própria a partir de Brasil (2014).

A perpetuação desse estado em Belém, conforme Borges e Rodrigues (2012), atende a razões diversas, as quais deixam transparecer a dificuldade

de conseguir emprego no mercado de trabalho, ao que se associam a baixa escolaridade e a falta de qualificação profissional. Segundo os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (BRASIL, 2014), o município de Belém apresenta saldos positivos na sua balança de pagamentos, conforme ilustra a Figura 6, sendo que os principais produtos exportados são produtos básicos, ou seja, não manufaturados, enquanto os importados se constituem em produtos industrializados, em sua grande maioria máquinas e equipamentos.

Uma das principais modalidades de comércio varejista em Belém são as feiras livres. A história das feiras livres em Belém confunde-se com a própria história de desenvolvimento da cidade. Tendo o rio como elemento central de estruturação da vida urbana, a cidade passou a se organizar a partir de relações socioespaciais mantidas com a região insular mais próxima. Sendo assim, as primeiras atividades econômicas ligadas à atividade comercial estiveram vinculadas à dinâmica do rio. (MEDEIROS, 2010). Entende-se a feira como um prolongamento da sociedade. Logo, não como um lugar estritamente econômico onde são estabelecidas as trocas comerciais (mercadoria x dinheiro), mas também como um lugar onde se estabelecem trocas culturais. Se a primeira via de Belém terminava exatamente em uma feira ao lado de uma igreja, na Belém contemporânea, um dos principais motivos de rejeição a feira livre é o fato de ela estar em desacordo com o restante da paisagem moderna da cidade, perdendo espaço para os supermercados que ficaram cada vez maiores, mais sortidos, mais seguros, higiênicos e confortáveis (RODRIGUES, 2008).

Quanto à força de trabalho disponível, a População Economicamente Ativa (PEA) de Belém é composta por 663.589 pessoas, o que corresponde a 51% de toda sua população. Aproximadamente 66% da PEA de Belém está formalmente empregada, sendo que 70% desta população possui ensino médio completo, com menos de 1% de analfabetismo. Da mão de obra empregada em Belém, quase metade possui o ensino médio completo (BRASIL, 2013). O setor serviços apresenta a maior quantidade de estabelecimentos com vínculos empregatícios (44%), em 2012, destacando-se nas atividades administrativas,

ligadas à segurança, educação, saúde, alimentação e lazer e transporte. O setor de serviços em termos de Pará representa 25% do valor adicionado (R\$ 20 bilhões, IBGE, 2013) com destaque para atividade imobiliária com R\$ 6.489 milhões, ou 8% do total; apresentou 23% do emprego, sendo 264 mil empregos (2013), com destaque para a atividade administrativa (66 mil postos), ou 6% do total 14 % do ICMS (R\$ 740 milhões, em 2010). Quanto ao emprego formal, em 2013, Belém possuía 439.501 postos de trabalho, concentrando 84% dos postos da RMB e 39% do estado do Pará, sendo o setor de serviços, com estoque de emprego para 155 mil pessoas, o maior empregador, aproximadamente 35% do total, seguido pela administração pública, com 34%, conforme ilustra a Figura 7.

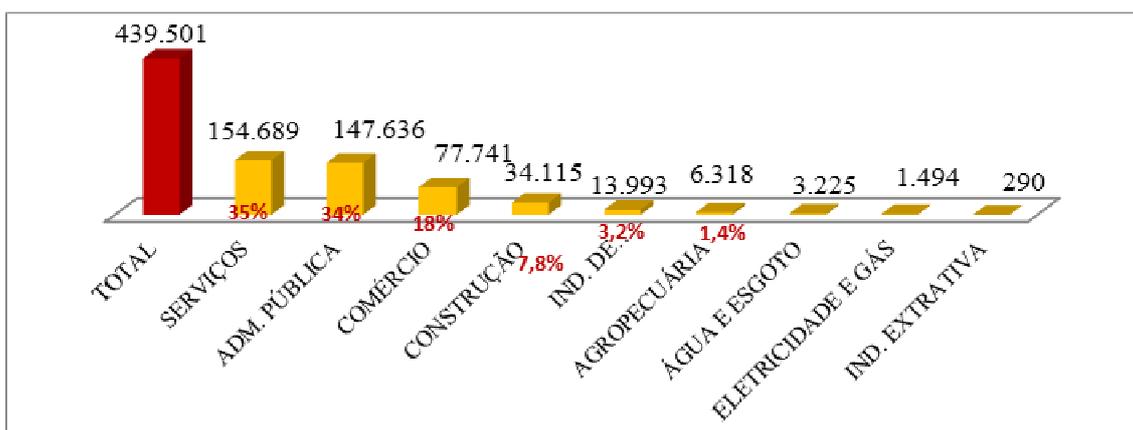


Figura 7. **Estoque de emprego por setor em Belém**

Fonte: elaboração própria a partir de Brasil (2010).

A capital concentra os melhores serviços do estado do Pará. Concernente à educação, Belém possui o maior número de escolas, nos três níveis de ensino, sendo que há, no município, 372 escolas de nível pré-escolar, 536 escolas de ensino fundamental e 151 escolas de ensino médio. Em 2012 foram efetuadas aproximadamente 197 mil matrículas para ensino fundamental, 69 mil para o ensino médio e 27 mil para a pré-escola (INEP, 2012).

No setor serviços, as atividades que em Belém, no ano de 2013, apresentaram-se como de maior remuneração nominal foram as atividades

financeiras (R\$ 4.648,71), seguidas pelas atividades relacionadas à educação (R\$ 3.720,21), conforme ilustra o (Figura 8). Da mão de obra empregada as atividades integrantes do setor serviços em Belém, a grande maioria detém ensino médio completo (46%), seguidos por superior completo (24%) e ensino fundamental completo (11%), poucos são analfabetos (0,4%), conforme ilustra a Figura 9.



Figura 8. Remuneração Média Nominal (R\$ 1,00) de dezembro por atividade econômica em Belém

Fonte: elaboração própria a partir de Brasil (2013).

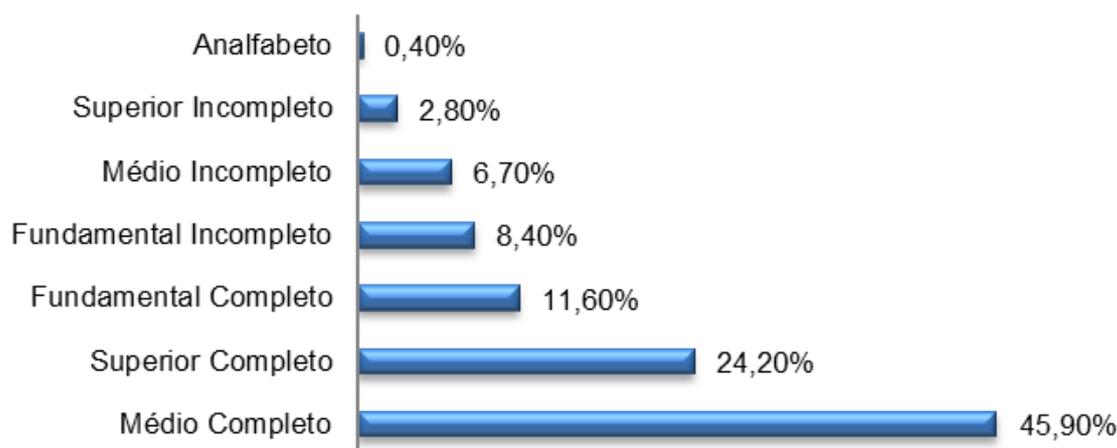


Figura 9. Qualificação da mão-de-obra empregada em Belém

Fonte: elaboração própria a partir de Brasil (2013).

Uma atividade importante que se destaca ainda que de forma tímida em

Belém, e que apresenta grande potencial de crescimento por ter efeitos em outros setores é o turismo e os serviços correlacionados à esta atividade. Em um estudo realizado por Costa *et al* (s.d.), estimou-se que a participação de turistas no círio, no ano de 2011 foi de 72.000 pessoas e em 2012 aumentou para 76.000, e que o gasto médio destes turistas foi em torno de 26 milhões de dólares em 2011 e de U\$ 28 milhões no ano de 2012. Os autores chegaram à conclusão que, em média, um turista gasta no Círio de Nazaré em torno de R\$ 1.402,52 por pessoa. Multiplicando por 76 mil turistas que estavam em Belém, de acordo com o DIEESE, estimou-se o movimento de R\$ 106.971.520,00 em 2012. Conforme a pesquisa, os principais gastos relacionados com os serviços de turismo são os de hospedagem, alimentação e transportes. A cidade começa a se destacar no turismo com crescente infraestrutura com hotéis e pousadas, bares e restaurantes que se especializaram na culinária local, sendo Belém considerada um dos principais polos turísticos da Amazônia, trazendo um novo ciclo possível de desenvolvimento para o Município.

## **Considerações finais**

Essa síntese histórica a partir do arranjo espacial permite dissertar acerca do motor da produção do espaço em Belém. A infraestrutura econômica, evidentemente, responde pelo chão da formação, na medida em que ela medeia os veios concretos a partir dos quais se organizou a força de trabalho para produzir determinado arranjo. A distribuição do arranjo necessariamente implica na dimensão do poder. Viu-se que a situação geográfica inicial de Belém remetia a uma instalação militar, a qual, paulatinamente, cedeu espaço à hegemonia de uma classe mercantil.

Essa mudança na centralidade política auxilia na compreensão dos caminhos pelos quais Belém foi erigida enquanto nó geográfico na Amazônia. Contudo, até o ocaso da borracha, o arranjo espacial de Belém respondia à organização da formação espacial amazônica como caudatária do império lusitano, e, posteriormente, enquanto um universo próprio ligado à totalidade

capitalista em processo de mundialização. O arranjo espacial denota claramente que não se tratava de qualquer tipo de cidade pré-capitalista, mas de uma metrópole de extração do trabalho e acumulação do poder, também cristalizado nas formais espaciais.

O período após a borracha atesta outra lógica de ordenação, na qual o arranjo espacial de Belém responderá à formação espacial brasileira. A lógica mercantil de gestão do espaço passa a conviver com o Estado forte, momento em que a implantação e controle dos objetos como o sistema portuário e o sistema de abastecimento, saem das mãos das companhias comerciais para serem encapadas pelo Estado, em diversas instâncias, com um projeto de desenvolvimento particular centrado na escala da formação espacial. Este período, que atravessou o século XX, testemunhou um enfraquecimento dos municípios, contrastando diretamente com o século XIX, no qual a política era fortemente municipalizada. Mas este enfraquecimento é relativo, o que não muda o fato de a face do Estado assumir a empreitada da elaboração dos objetos.

Apesar de ter vivido um surto de industrialização, Belém chega aos seus 400 anos como uma metrópole comercial, onde o terceiro setor (comércio e serviços) assume o papel mais relevante no que tange à ocupação do estoque de trabalho e também à arrecadação fiscal. Belém se apresenta como um nó geográfico consolidado concentrando os serviços mais importantes da Amazônia Oriental, e distribuindo as mercadorias e o trabalho a partir de sua ordenação. Subjaz nesta elaboração o fato de que a força de trabalho aparece como condição objetiva da produção do espaço, mas esta é desigual. A concentração de trabalho deriva na expansão do circuito inferior, mas os dados de qualidade de vida ilustram que o sentido do vetor da mobilidade deve obedecer mais à lógica de repulsão de outras áreas que propriamente de atração do aglomerado. Os desafios de Belém são grandes, mas são os desafios do Brasil.

## Referências bibliográficas

ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de história colonial: 1500-1800*. 5. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1963.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Paisagens e problemas do Brasil: aspectos da vida rural brasileira frente à industrialização e ao crescimento econômico*. 3. ed. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1970.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Geopolítica do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A questão do território no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1995.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Ensaio corográfico sobre a província do Pará (1839)*. Volume 30. Brasília: Senado Federal, 2004.

BORDALO, Carlos Alexandre Leão. *O desafio das águas numa metrópole amazônica: uma reflexão das políticas de proteção aos mananciais da Região Metropolitana de Belém – PA (1984-2004)*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA E COMERCIO EXTERIOR. *Documentos de Exportação*. Brasília: MDIC, 2014. Disponível em: <<http://www.aprendendoaexportar.gov.br/sitio/paginas/comExportar/docExportacao.html>>. Acesso em: 05 mar. 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Relação Anual de Informações Sociais (RAIS): Evolução do Emprego Formal, 1999-2013*. Brasília: MTE, 2013.

CANO, Wilson. A economia do ouro em Minas Gerais (século XVIII). In: CANO, Wilson. *Ensaio sobre a formação regional do Brasil*. Campinas: Unicamp, 2002, p. 11-30.

CHIAVENATO, Júlio José. *Cabanagem: o povo no poder*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

COSTA, Francisco de Assis; DINIZ, Marcelo Bentes; FARIAS, Alexandre; SOUSA, José Nazareno; COSTA, José de Alencar. *O Círio de Nazaré: Economia e Fé*. S. d. Disponível em: <<http://www.agencia.fapesp.br/arquivos/cirio.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2015.

COSTA, Wanderley Messias da. *O estado e as políticas territoriais do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Editora Contexto, 1991.

CRUZ, Ernesto. *História de Belém*. Volume 1. Belém: UFPA, 1973.

CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. 2. ed. Belém: CEJUP, 1984.

DUARTE, Cristóvão Fernandes. *Belém do Pará na virada do século XIX: modernidade no plano urbanístico de expansão da cidade*. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

DUARTE, Cristóvão Fernandes. *Via dos mercados* – Belém, Pará (2002). Disponível em: <<http://memoriaisdameiadoisnove.blogspot.com.br/2010/02/via-dos-mercadores-1-introducao.html>>. Publicado em 4 fev. 2010. Acesso em: 8 jun. 2015.

IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

IBGE. Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. *Síntese de Indicadores Sociais 2012*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadore\\_sminimos/sinteseindicisociais2012/](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadore_sminimos/sinteseindicisociais2012/)>. Acesso em: 10 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. *Censos demográficos 2000, 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. *Cidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

IDESP. Instituto do Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará. *Estatísticas Municipais*: Belém. Belém: IDESP, 2012.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Desempenho do sistema educacional: 1991-2010*. Brasília: INEP, 2012.

LOUREIRO, Violeta Refkalesfsky. *Miséria da ascensão social: capitalismo e pequena produção na Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1987.

MACHADO, Lia Osório. O controle intermitente do território amazônico. *Revista Território*, n 2, v. 1, p. 19-32, 1997.

MEDEIROS, Jorge França da Silva. *As feiras livres em Belém (PA): dimensão geográfica e existência cotidiana*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu; COELHO, Maria Célia Nunes. As políticas federais e as reconfigurações espaciais na Amazônia. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, n. 1, v. 7, p. 91-122, jun. 2004.

MOREIRA, Eidorfe. *Belém e sua expressão geográfica*. Belém: UFPA, 1966.

MOURÃO, Leila. *Memória da indústria paraense*. Belém: FIEPA, 1989.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. *Ibeu Global*. 2012. Disponível em: <[http://www.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com\\_content&view=article&id=152&Itemid=155&lang=pt](http://www.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com_content&view=article&id=152&Itemid=155&lang=pt)>. Acesso em: 12 fev. 2015.

PARÁ. Agência Pará. *Resultados do PIB colocam Belém em 2º lugar entre os municípios do Pará*. Disponível em: <[http://www.agenciapara.com.br/noticia.asp?id\\_ver=66713](http://www.agenciapara.com.br/noticia.asp?id_ver=66713)>. Acesso em: 30 maio 2015.

PARÁ. SECRETARIA DA FAZENDA. *Arrecadação de ICMS por setor em Belém – 2010*. Belém: SEFA, 2010.

PENTEADO, Antônio Rocha. *Belém: estudo de geografia urbana*. Volume 1.

Belém: UFPA, 1968.

PENTEADO, Antônio Rocha. *O sistema portuário de Belém*. Belém: UFPA, 1973.

PNUD. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. 2012. Disponível em: <<http://www.undp.org.br/default1.asp?par=24>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto, 2001.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

RODRIGUES, José Edilson Cardoso. *O clima e o tempo na Amazônia*. Belém: Estudos Amazônicos, 2012.

RODRIGUES, Eloísa. O shopping a céu aberto: Tendências recentes de requalificação em ruas comerciais no Brasil. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE COMÉRCIO E CIDADE, 2., 2008, São Paulo. *Anais do...* São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado: globalização e meio técnico-científico informacional*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SARGES, Maria de Nazaré. *Memórias do velho intendente*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

TABOSA, Renata Kelly Martins. *A geografia do sistema de abastecimento de Belém: a cartografia do sistema de abastecimento de água da Consanpa*. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. *A cidade dispersa: os novos espaços de assentamentos em Belém*. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

